

tes do verdadeiro progressismo na Constituinte, que conseguiram evitar que o reacionarismo estatizante da maioria dos relatores das subcomissões prevalecesse nos textos dos anteprojetos aprovados em primeira discussão, restaram ainda alguns resquícios dessas posições estatizantes, xenóforas e retrógradas nos documentos encaminhados às oito comissões temáticas para a elaboração do primeiro esboço da nova Constituição.

É o caso da tentativa de elevar a reserva de mercado a princípio constitucional; de trechos do capítulo da ordem social, impondo a jornada de trabalho de 40 horas e estabelecendo a estabilidade no emprego; e, praticamente, de todo o capítulo que trata do sistema financeiro. Essas três alterações, se mantidas pelos constituintes até o final, terão o condão de acabar com as últimas possibilidades que ainda restam ao Brasil de se transformar numa nação plenamente desenvolvida e socialmente equilibrada. Enfim, numa democracia de verdade.

A reserva de mercado, que tantos malefícios tem trazido ao País na área de informática e tecnologia de ponta, se erigida em princípio constitucional, simplesmente trancará definitivamente as portas do Brasil ao progresso de que desfruta o resto do mundo, com resultados catastróficos para a economia nacional. Com a estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas estará sendo desfechado mais um golpe na livre empresa neste país: essas medidas encarecerão de tal maneira os custos das empresas que simplesmente tornarão inviável a atividade produtiva entre nós.

Mas a mais absurda "contribuição" à nova Constituição, capaz de precipitar celeremente o empobrecimento do Brasil — um sonho que acalentam as auto-intituladas "forças progressistas da Constituinte" — foi dada pela Subcomissão do Sistema Financeiro, cujo relator, deputado Fernando Gasparian, perpetrou um tal conjunto de "maluquices", como diria o senador Roberto Campos, que conseguiu reunir contra suas propostas as opiniões dos grupos mais díspares possíveis, desde o deputado José Serra, representante da esquerda peemedebista, até tecnocratas como o secretário do Tesouro, Andréa Calabi, e o diretor do Banco do Brasil, Adroaldo Moura, passando, entre outros, pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen. Segundo Serra, seu companheiro de partido assumiu posições "extremamente equivocadas" em seu anteprojeto, a começar pela proibição de os "bancos de depósitos, de investimento, as companhias corretoras de seguro e demais instituições financeiras" terem a participação acionária de estrangeiros, sejam pessoas físicas sejam pessoas jurídicas; o que, na prática, impedirá que todos os bancos estrangeiros trabalhem no Brasil.

Em um brilhante artigo que publicou no jornal O Globo, em que mostra que projetos como o do sr. Gasparian acabarão transformando o Brasil numa Bangladânia (um misto da miserável Bangladêsh com a totalitária Albânia), o ex-ministro Simonsen também aponta o risco imediato que o fechamento do mercado financeiro brasileiro aos estrangeiros trará: "O tratamento da dívida externa dos países em desenvolvimento está entrando em nova fase, em que os credores reconhecem a necessidade de constituir amplas provisões para os devedores duvidosos e transformar parte da dívida em investimentos diretos. A essa altura, o trem-bala para Bangladânia resolve correr na contramão, expulsando os capitais estrangeiros de risco ao invés de atraí-los e com isso endividando ainda mais o País. Dentro das normas internacionais de reciprocidade, é de se presumir que, como troca, as agências dos bancos brasileiros no Exterior sejam intimadas a fechar suas portas, a começar pelas do Banco do Brasil. Como elas devem, no overnight, muito mais do que o total das reservas brasileiras, e como ninguém aceita pagamento em cruzados no hemisfério Norte, o fechamento só encontra um caminho natural: a falência".

Em uma exposição aos membros da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças da Constituinte, o economista Adroaldo Moura da Silva foi outro que apontou claramente os custos desta desastrosa proposta: "O Banco do Brasil recolhe mais depósitos lá fora do que aqui e conseguiu 58% de seu lucro em 86 nas operações externas" (grifo nosso).

Outro equívoco gravíssimo — se é que se pode chamá-lo assim — cometido pelo deputado-maquinista do trem para Bangladânia é em relação ao Banco Central. Em lugar de estabelecer a independência total de entidade, como acontece nos países desenvolvidos, para que possa executar uma política monetária independente das pressões políticas e da vontade "soberana" dos governantes de plantão, o sr. Gasparian quer empurrar o BC ainda mais para os braços dos políticos. Seu projeto estabelece, aí corretamente, que o presidente e os diretores do banco deverão ter sua indicação sancionada pelo Congresso, para, em seguida, descambar, ao definir que eles podem ser demitidos a qualquer momento pelo mesmo Congresso ou pelo presidente da República. Seria o desastre total, dado o "nível cultural" de nossa classe política, do qual o próprio sr. Gasparian é padrão, pois, como observa Simonsen, "... ao invés do atual Banco Central vinculado ao Ministério da Fazenda, teremos um Banco Central vinculado à política partidária".

Além disso, o projeto prevê que não poderão ser nomeados diretores do Banco Central pessoas que tenham dirigido quaisquer instituições financeiras nos últimos quatro anos e que os ex-diretores do Banco Central ficarão proibidos de exercer funções de direção em instituições financeiras privadas por quatro anos, a contar da data de demissão. Para o secretário do Tesouro, Andréa Calabi, impor uma proibição dessas — uma autêntica quarentena — "é criar uma desconfiança antecipada e injustificada". Para Simonsen, só dois critérios passarão a orientar a escolha dos dirigentes do BC na Bangladânia: "Não ser do ramo e integrar-se na política partidária para sustentar-se no cargo".

Mas Gasparian pretende aumentar ainda mais a ingerência da política partidária no sistema financeiro e na política monetária, com a extinção do Conselho Monetário Nacional e sua substituição por uma Comissão Mista Permanente do Sistema Financeiro do Congresso Nacional, com poderes para sustar, temporária ou definitivamente, ad referendum do Congresso, as decisões do governo em matéria de política monetária e cambial. "Em matéria de agressão ao princípio da independência dos Poderes, eis uma invenção que fará Montesquieu tremer no seu venerável túmulo" — constata Simonsen. E continua: "Imagine-se a confusão: o Banco Central altera a taxa cambial, a Comissão Permanente manda que se volte atrás, ad referendum do Congresso. O Congresso, por seu turno, pode ou não referendar a decisão da Comissão Permanente. Fora o problema hamletiano de saber como funciona a Comissão Permanente durante o recesso do Congresso".

Os "progressistas" — a vanguarda do obscurantismo — capitaneados pelo sr. Gasparian pretendem ainda aumentar o poder do Banco do Brasil, naturalmente visando, a longo prazo, transformá-lo no único banco brasileiro em atividade, retirando, inclusive, atribuições do Banco Central. Uma medida que, de tão esdrúxula e tão perniciososa aos interesses nacionais, encontra resistências até nos supostos beneficiários dela, o diretor do Banco do Brasil na área internacional, Adroaldo Moura da Silva, e o secretário do Tesouro, Andréa Calabi.

Em vez de proibir que homens que trabalharam na empresa privada dirijam o Banco Central e para lá levem sua experiência, como quer o deputado Gasparian, o que seria altamente salutar seria estabelecer na Constituição que homens que já demonstraram sua incompetência na direção de suas próprias empresas — como é o caso desse deputado e de tantos outros congressistas — ficam proibidos de legislar sobre matérias econômicas e financeiras. Freud explica por que os vencidos na vida empresarial que se vão abrigar no seio generoso do Estado brasileiro se transformam sempre nos piores inimigos do empresário particular que tem êxito na vida porque é competente.

O que a psicologia não explica é o ódio ao estrangeiro de alguém chamado Gasparian que, como todos os brasileiros que não são índios, descende de imigrantes. Se na época em que seu pai ou avô chegou aqui vigerasse no Brasil a Constituição que o deputado Gasparian propõe, seu ancestral certamente não teria encontrado o clima que encontrou para trabalhar honestamente e construir a fortuna que lhe legou.

Correção — Pedimos desculpas aos leitores por mais um erro.

No editorial de ontem "A recessão que não foi imposta pelo FMI" onde estava escrito "não estamos pagando, mas não é porque a fome acabou..." devia estar "não estamos pagando a dívida com a fome do povo brasileiro mas não é porque a fome acabou..."

1987

JORNAL DA TARDE

**M** iquices do maquinis  
d trem para **Bangladá**.

Apesar dos esforços empreendidos pelos repres tan-